



PROCESSO Nº : 250554/2019 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE
CONTRIBUIÇÃO
UNIDADE : MATO GROSSO PREVIDENCIA
INTERESSADA : ELIZETH GONZAGA DOS SANTOS LIMA
RELATOR : CONSELHEIRO GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO

PARECER Nº 2.808/2022

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. MATO GROSSO PREVIDÊNCIA. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DO ATO Nº 2.885/2019, RETIFICADO PELOS ATOS NºS 3.846/2019 E 1.525/2021, BEM COMO PELA LEGALIDADE DA PLANILHA DE PROVENTOS INTEGRAIS.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos da apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos concessórios que reconheceram o direito à **Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, à Sra. ELIZETH GONZAGA DOS SANTOS LIMA**, portadora do RG nº 25665030 SEJUSP/MT, inscrita no CPF nº 561.700.846-34, servidora efetiva no cargo de PROFESSOR UNEMAT LC 534/2014 C-9, lotada na FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, no município de CÁCERES/MT.

2. Vale salientar que, por meio do Parecer nº 2.711/2021, o Ministério Público de Contas opinou pelo registro do benefício previdenciário formalizado pelo Ato nº 2.885/2019. Todavia, após a manifestação ministerial, o Relator determinou o retorno dos autos à SECEX, em razão da existência do Ato Retificatório nº 3.846/2019¹.

¹ Doc. digital nº 155804/2021



3. Após novo relatório técnico², o MPC exarou o Parecer nº 4.384/2021³ pelo registro do ato nº 3.846/2019 que retificou o ato nº 2.885/2019, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais.

4. Na sequência, sobreveio documentação encaminhada pelo MTPREV, na qual informa a edição do Ato nº 1.525/2021 em que retifica os atos anteriores para constar o enquadramento da servidora no nível 009⁴.

5. Submetida a documentação à análise técnica, a então SECEX de Previdência consignou a existência de irregularidade:

ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

1) LB15 RPPS_GRAVE_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) *Seja retificada a planilha de proventos conforme enquadramento funcional do ATO N. 1525/2021, bem como seja manifestado sobre o Parecer da PGE/MT que sugere o enquadramento em nível "011". - Tópico - 2. Análise de Defesa (fl. 4 do doc. digital nº 263503/2021 – negrito e itálico no original)*

6. Após a juntada pelo gestor dos esclarecimentos pertinentes⁵, a 1ª SECEX opinou pelo saneamento da irregularidade e registro dos atos nº 2.885/2019, 3.846/2019 e 1.525/2021, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais⁶.

7. Retornaram os autos para análise e parecer ministerial. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Introdução

² Doc. digital nº 188841/2021

³ Doc. digital nº 191508/2021

⁴ Doc. digital nº 122012/2021

⁵ Doc. digital nº 2209/2022

⁶ Doc. digital nº 164206/2022



8. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 71, III, c/c art. 75, conferiu aos Tribunais de Contas a competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, sendo de sua atribuição, portanto, cancelar o ato administrativo, por natureza complexo.

2.2. Da Análise do Mérito

2.2.1 Fundamento legal

9. Verifica-se que a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais, encontra previsão no art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, o qual versa o seguinte:

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

10. Em síntese, será deferido o benefício caso o servidor conte, se homem, com pelo menos 35 anos de tempo total de contribuição; e, se mulher, com 30 anos de tempo total de contribuição; e desde que, em ambos os casos, o(a) requerente possua no mínimo 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira



e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria. Ademais, a idade mínima será reduzida em um ano para cada ano excedente de contribuição a ser cumprido pelo servidor.

2.2.2 Da subsunção dos fatos à norma

11. Consoante se observa do caso em tela, o requerente nasceu em **25/01/1966**, contando com a idade de **53 anos**, na data da publicação do primeiro ato concessório. Além disso, possui **33 anos, 6 meses e 28 dias de tempo total de contribuição**.

12. Ademais, ressei dos autos que esta ingressou no serviço público em **04/09/1998**, na carreira e no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria na mesma data, ensejando, portanto, direito a proventos integrais, pela regra do art. 3º, da EC 47/2005.

13. Do exposto, conclui-se que a requerente possui direito ao benefício, posto ter preenchido os requisitos constitucionais pertinentes, razão pela qual este *Parquet* se manifesta pelo seu registro.

3. CONCLUSÃO

14. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se pelo registro dos Atos nº 2.885/2019, 3.846/2019 e 1.525/2021, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais.**

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 26 de julho de 2021.

(assinatura digital)⁷
GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador de Contas

(Em Substituição ao Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho – Ato PGC nº 015/2022)

⁷ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.